

**NEM CONCILIADOR, TAMPOUCO PROGRESSISTA: A
TRANSFORMAÇÃO DA LINGUAGEM DO PARTIDO LIBERAL NA
IMPREENSA DO RIO DE JANEIRO (1860-1870)
NEITHER CONCILIATOR NOR PROGRESSIVE: THE
TRANSFORMATION OF LIBERAL PARTY LANGUAGE IN RIO DE
DE JANEIRO'S PRESS (1860-1870)**

Karulliny Silverol Siqueira¹ e Driely Neves Coutinho²

Resumo: A década de 1860 foi marcada por uma transformação linguística no Império brasileiro, emergindo características de uma nova cultura política advogada por uma nova geração de liberais. Este artigo refletirá sobre o vocabulário de redatores do Partido Liberal, destacando como utilizavam a imprensa para divulgarem suas ideias e contestarem o contexto político vigente, contribuindo, assim, para a crise do Regime. Por meio da *metodologia das linguagens políticas*, utilizaremos como fonte os jornais *A Actualidade* e *Opinião Liberal*.

Palavras-chaves: Imprensa; Partido Liberal; Império.

Abstract: The 1860s were marked by a linguistic transformation in the Brazilian Empire, giving rise to characteristics of a new political culture, which was defended by a new generation of liberals. This article will reflect on the vocabulary of Liberal Party writers, highlighting how they used the press to publicize their ideas and challenge the current political context, thus contributing to the crisis of the Regime. Through the *methodology of political languages*, we will use the newspapers *A Actualidade* and *Opinião Liberal* as search source.

Keywords: Press; Liberal Party; Empire.

Introdução

Quando o Sr. Paraná, de saudosa memória, do alto da tribuna, confundindo as crenças e aplacando os ânimos irritados e exaltados, plantou no país a harmonia, foi endeusada, e assim o devia ser, porque a quadra exigia, e era necessário o repouso. Porém hoje, que os partidos como phênix, renascem com suas antigas ideias, e o governo é representativo, não é possível a continuação dessa marcha sendo como é, conciliação pessoal e interesseira, conciliação de conveniências.³

¹ Professora de História no Departamento de Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFES).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

³ *A Actualidade* 07/09/1859, nº49.

A formação do Partido Liberal como ideia partidária e a formulação de suas principais pautas que se sucedem no decorrer de sua existência no Império, ocorreram na década de 1840. A Maioridade do Imperador trouxe fôlego aos personagens que buscavam sua concretude política e os colocou em posições de destaque naquele momento, com suas cadeiras ministeriais. No entanto em pouco tempo foram banidos do poder, abrindo espaço novamente aos regressistas.⁴

Os liberais voltaram a assumir posições ministeriais em 1844 com Almeida Torres (Macaé), prosseguido por Holanda Cavalcanti em 1846, Alves Branco em 1847, Macaé novamente em 1848, e Paula Sousa no mesmo ano.⁵ Após esse tempo, trava-se no Império uma política conciliatória, com o objetivo de apaziguar tensões promovidas pela intensidade das disputas partidárias. Entretanto, é necessário destacar que o domínio da cena política do período ficou a cargo dos conservadores.⁶

A análise de José Murilo de Carvalho demonstra a disparidade entre o domínio dos partidos políticos pelo Império no concernente a duração em média de meses dos governos, assim, revelando que os conservadores duraram nas cadeiras ministeriais duas vezes mais que o liberais. Verifica-se também, que o período da Conciliação, cujo domínio foi exercido por maioria conservadora, durou mais que o poderio da Liga Progressista, base política de força liberal.⁷

Já Emília Viotti da Costa, expõe que no período da Conciliação as pautas partidárias não exerciam muitos significados para a grande parte dos políticos.⁸ Pois os conciliadores buscaram acalmar os ânimos partidários dos anos que se iniciaram o Império de Pedro II, principalmente, no que se refere a tensão liberal. O grupo conseguiu, em certa escala, desmotivar discussões que efervesciam a década de 40. No entanto, veremos que o chamado *renascer liberal* providenciou o retorno da agremiação de forma mais consolidada.

⁴Em 19 de setembro de 1837, políticos contrários às reformas liberais que permearam os primeiros anos da Regência alcançaram os holofotes regenciais, com Pedro de Araújo Lima assumindo como Regente. Esse governo foi findado com a ascensão de D. Pedro II. Verificar: COUTINHO, Driely Neves. *Linguagens de liberalismo: os diferentes vocabulários do Partido Liberal no Brasil Império*. Monografia (Graduação em História) Faculdade Saberes, 2019.

⁵FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara do Deputados (1840-1889). *Revista de Sociologia e política*, p.63-91, 2017. O autor expõe em sua análise um quadro de Ministérios do Segundo Reinado. Com 37 Gabinetes, Ferraz expõe qual partido estes pertenciam no decorrer de 48 anos. Ao verificarmos a ascensão e queda dos partidos políticos, percebemos que por todo o Império de Pedro II os conservadores governaram quase dez anos a mais que os liberais, tendo estes aproximadamente 13 anos de governo, e, respectivamente, aqueles obtiveram aproximadamente 26 anos.

⁶*Idem*. O espaço para os liberais foi apenas de 1 ano e 7 meses, para todos os 8 anos Conciliador.

⁷CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ªed. São Paulo: Unesp, 1999.

As fontes, bem como a própria historiografia, indicam que, a partir dos anos finais de 1860 o Segundo Reinado enfrentará algo que nunca houvera enfrentado: um movimento político de contestação ao Regime, uma reviravolta linguística, ao ponto de fazer-se questionar as principais instituições imperiais, redefinindo de vez as estruturas partidárias. Deste modo, para a análise dos documentos, utilizaremos a *metodologia das linguagens políticas*, tomando como base autores como John Pocock⁹ e Quentin Skinner¹⁰. O primeiro, compreende que é possível reconstruir a linguagem política de um período por meio dos conceitos mais utilizados e também pela produção e utilização de um vocabulário político disponível na linguagem convencional. Na perspectiva de Skinner, é necessário que se articule a linguagem, a intencionalidade e o contexto político e social do período, assim, equiparando o texto e o contexto. Desta forma, os atos de falas presentes em um discurso revelará as questões que o autor privilegia ou repele em seu posicionamento político.

A reconfiguração dos partidos políticos

A década de 1860, na perspectiva de Carvalho, “foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos”¹¹. Segundo Karulliny Siqueira¹², o movimento ocorrido nesta época é denominado de *Renascer Liberal*, onde este fez ressurgir novos temas, debates e a reconstituição do Partido Liberal. Sendo assim, um contexto de suma importância para a redefinição dos partidos políticos, e, da retomada do debate político com intensidade, culminando na radicalização do liberalismo. Para Sérgio Buarque de Holanda, neste período teria ocorrido um retorno ao contexto de conflitos partidários de outrora: “diluídas em 53, as posições partidárias, voltavam agora a acirrar-se”.¹³

Ivo Coser em sua análise acerca da centralização no Império, nos traz a perspectiva que este período reanimou antigos debates entre partidos, e novamente, acabou por evidenciar a participação da Conciliação na dinâmica política. O autor pontua que a década de 50 do século XIX marcou o fim das revoltas regenciais, com o país passando por realizações

⁹ POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Oxford: Working Paper, Centre For Brazilian Studies, Oxford, 2007.

¹² SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo 1860-1880*. Vitória: IHGES, 2013.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império a República*. v.5, 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

materiais e estabilidade política. Nos debates parlamentares, já identificavam, os próprios centralizadores, que a legislação produzida em décadas anteriores já não era mais adequada.¹⁴

Neste sentido, o autor destaca que no “começo da década seguinte, os conceitos de centralização e federalismo incorporam novos temas”.¹⁵ Além disso, o tema bastante discutido nos anos iniciais do Segundo Reinado, ganharia força novamente: a descentralização administrativa do Império.

Com o foco em esclarecer as linguagens políticas que permearam a mudança no seio partidário liberal, traremos aqui a análise de um periódico da época. Ao ser fundado, este conheceu um cenário de exclusão do contexto ministerial, mas vislumbrou no decorrer de sua existência a ascensão do Partido Liberal e a desafeição do próprio grupo.

A Actualidade

O periódico *A Actualidade* denominava-se como *um jornal político, literário e noticioso*, se tornando futuramente *Jornal da Tarde*. Era publicado inicialmente todos os sábados, depois às quartas e sábados, e em 1863 passa a ser publicado todos os dias. Subscrevia-se em diversos locais no decorrer de sua existência. Circulou na Corte dos anos de 1859 a 1864.

Os redatores, que não aparecem desde a primeira edição, mas a partir do número 49¹⁶, são Flávio Farnése, Lafayette Rodrigues Pereira e Bernardo Joaquim da Silva Guimarães. Este último, no ano seguinte vai a Catalão, em Goiás, assumir um cargo de magistratura, e abandona a redação¹⁷. Em 1862, Pedro Luiz de Pereira Souza assume como um dos redatores. Sobrando em 1863 apenas o dono do periódico, Farnesé, por não concordar politicamente com seus amigos. Ademais, contrata Antônio Barbosa da Silva e Souza e Luiz Barbosa da Silva.

Em seu primeiro ano de existência, a crítica mais incisiva do periódico foi em torno do fracasso que obteve a política de Conciliação. A marca do fim de uma década que objetivou o apaziguamento das tensões partidárias tornou-se explícito em suas páginas, principalmente quando professava: “*Não somos órgão nem do Partido Liberal, nem do Partido*

¹⁴COSER, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 26, nº76, 2011, p. 200.

¹⁵*Idem*.

¹⁶*A Actualidade* 07/09/1859, nº49.

¹⁷*A Actualidade* 19/12/1860, nº110.

Conservador”¹⁸. Além disso, o periódico expôs a inexistência dos partidos naquele momento.¹⁹

Diante disso, seus redatores diziam enxergar necessária a oposição. Evidenciavam que: “*Conciliar é estabelecer acordo, acordo exclui divergência. A conciliação, pois, pressupõe a unanimidade[...]*”²⁰. Logo, providenciaram a composição de uma linguagem que, no decorrer do periódico, fundamentou o clamor pela reestruturação dos partidos políticos.

A tendência aos interesses liberais também é bastante evidenciada neste impresso. A linguagem que a redação disseminava nos expõe a opinião de que, na visão do autor, a Conciliação só objetivava matar os projetos liberais da década de 40. Para a folha, a política de Paraná buscou embargar “*a franquia do poder provincial, o desenvolvimento do elemento democrático, a garantia do júri de pronúncia e sentença, a nacionalidade do comércio e retalho*”²¹. Temas estes, que faziam parte da retórica do Partido Liberal no passado.

Para os redatores do periódico, não havia harmonia entre o ministério que dominava²² pois “*a homogeneidade de princípios, a uniformidade de ideias e vistas políticas e administrativas, são e devem sempre ser a ideia capital que deve presidir a organização de um gabinete qualquer*”²³. E reconhece assim, que essa trajetória política promovida por Paraná mudou a estrutura partidária: “*Rompendo as tradições do seu passado, os partidos liberal e conservador moderado, deste círculo aproximam-se mutuamente*”²⁴.

A partir da linguagem apresentada pelo periódico, os redatores acentuam que o erro que cometera a conciliação teria sido o fato de ter promovido um ministério fraco e sem opiniões harmoniosas. Faltava no governo, de acordo com a redação da *A Actualidade*, coesão ministerial. A bandeira que os redatores parecem lutar é referente ao debate de ideias, que julgavam ter sido a coalizão de Paraná o causador de seu embargo. Logo, eles declaram que naquele momento “*a eleição é uma luta de interesses privados, não tem natureza política, é um jogo puramente comercial*”, e que:

Os candidatos não simbolizam princípios, não são sustentados e nem guerreados em nome dos partidos. O combate é dado entre indivíduo e indivíduo. Não há vitória nem derrota de princípios. Há simplesmente lucro para o que ganhou, prejuízo para o que perdeu.²⁵

¹⁸*A Actualidade* 05/02/1859, nº3.

¹⁹*Idem*.

²⁰*A Actualidade* 05/03/1859, nº7.

²¹*Idem*.

²²Naquele momento, Ângelo Ferraz era o Ministro do Império.

²³*A Actualidade* 12/08/1859, nº50.

²⁴*A Actualidade* 21/12/1859, nº61.

²⁵*A Actualidade* 21/01/1860, nº65.

Miriam Dolhnikoff, ao identificar a participação dos presidentes de província e o interesse das elites políticas locais, explicita que na escolha daqueles por parte do centro, não necessariamente feriria a autonomia provincial, pois os interesses regionais sempre estariam em foco, e o governante deveria agir de acordo com essas elites²⁶. *A Actualidade* questionará a escolha desses presidentes, evidenciando que “o governo imperial pouco se importa com o interesse dos administrados”²⁷. Entretanto, as evidências que o periódico indica, no decorrer de suas folhas, não está em torno da autonomia provincial, mas por seus correligionários não serem escolhidos para a atuação.

A linguagem referente ao Partido Liberal ressurgiu na folha com a virada da década de 1850 para 1860. Foi apresentado anteriormente que o periódico já salientava a aproximação com o vocabulário do referido partido, mesmo que não se declarassem. Mas, na conjuntura aqui exposta, os redatores já evidenciam sua agremiação. Comemoram que finalmente “a conciliação está morta”, e que “o Partido Liberal nasce cheio de vida e esperança”²⁸. Expõe-se também o novo programa, pautado por:

Realidade do **sistema representativo**, emancipação do parlamento da tutela do governo, circunscrição do executivo dentro dos limites de suas atribuições constitucionais, **descentralização administrativa**, tendente a dar mais força e vida as províncias, criação e desenvolvimento do **elemento municipal**, liberdade de crédito e de indústria, economia severa dos dinheiros públicos. Eis as ideias capitais do novo partido liberal.²⁹ [grifos nossos]

Diante do programa, verificamos que a linguagem do partido mostrava-se mais sólida e com objetivos mais claros em relação ao vocabulário dos primeiros agentes que formaram a agremiação em 1840. Ao pedir por uma realidade do “*sistema representativo*”, demonstravam que o governo vigente falhava neste quesito. No momento em que evidenciavam suas pautas pela “*descentralização administrativa*” e o desenvolvimento do “*elemento municipal*”, denotavam que os temas que reivindicavam os liberais duas décadas anteriores, se consolidaram na retórica do Partido Liberal.

Karulliny Siqueira expõe que a década de 1860 foi denominada como o *Renascença liberal*, pois, foram publicados textos de cunho político em larga escala. Entre os assuntos mais debatidos pelo Partido Liberal naquele momento estavam: “as consequências da

²⁶DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*. São paulo, 2003, p.116-133.

²⁷A *Actualidade* 04/02/1860, nº67.

²⁸A *Actualidade* 10/10/1860, nº102.

²⁹*Idem*.

centralização nas províncias, os malefícios da escravidão e o debate entre igreja e Estado”, bem como, discussões que vislumbravam a democracia e a liberdade.³⁰ Logo, identificamos aqui que os personagens da conjuntura exposta emitiam um novo vocabulário linguístico, rompendo (ou pelo menos objetivando romper) com a linguagem produzida durante a conciliação e reorganizando temas que já houvera abordado no passado.

Um político e redator da época expressa exatamente os nuances desse novo idioma: Teophilo Ottoni. Candidato à deputação de Minas Gerais, em 1860 publicou uma *Circular dedicada aos Srs. Eleitores senadores da Província de Minas Gerais*. Ottoni relata, em longas páginas, sua atuação na esfera política e a sua trajetória junto ao Partido Liberal. O mineiro propaga sua crença na democracia e na descentralização administrativa. As palavras emitidas em sua circular demonstram o embargo que o liberalismo havia sofrido desde as divisões identitárias. Ottoni trouxe para o debate a sua participação na maioria, no Ato Adicional e em outros momentos decisivos do Partido Liberal.³¹

Naquele contexto, o problema exposto pelos periodistas da *Actualidade*, que buscavam restabelecer a agremiação defendida, centrava-se na “*falta de unidade de pensamento e ação no partido liberal*”, a falta de um programa e em sua organização³². Não medindo esforços para que as reivindicações fossem atendidas, publicaram nos impressos algumas “*preposições simples e claras*” que deveriam ser defendidas pelo partido:

Reformar a lei de 3 de dezembro de 1841, tendo especialmente em vista garantir a **liberdade individual** contra a prisão arbitrária, e separar as atribuições judiciárias das da polícia.

Reformar a lei da guarda nacional, isentando-a do regulamento militar e libertando os cidadãos dos serviços ativos.

Facilitar o livre uso da propriedade e animar a indústria por meio do poderoso auxílio do crédito bem regulado.

Organizar e desenvolver a colonização nacional, de preferência a estrangeira.

Regular o recrutamento em ordem a cumprir-se o preceito constitucional da justa distribuição deste grave imposto, conectando-se arbítrio a autoridade.

Afrouxar os laços da centralização administrativa como o meio mais eficaz de animar o **progresso** das províncias e de fixar solidamente a unidade do Império.

Desenvolver o elemento municipal, tendo particularmente em vista, as necessidades e os direitos do município neutro.³³ [grifos nossos]

Naquele momento, os vocábulos “*liberdade individual*” e “*progresso*” modificaram o liberalismo brasileiro, denotando a emergência de uma nova cultura política. Logo, a direção

³⁰SIQUEIRA, Karulliny S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

³¹OTTONI, Teophilo. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores senadores da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860.

³²*Idem*.

³³A *Actualidade* 22/12/1860, nº111.

seria montar um Partido Liberal forte com programa e propostas estritamente definidas. Apresentando diversas reviravoltas, os anos sessenta do século dezenove inauguraram uma nova forma de se fazer política no Império. Mesmo que para isto, esses anos tivessem que ser um dos mais conturbados em termos de críticas ao governo vigente, e marcassem o início do fim da Monarquia brasileira. Verificaremos os conceitos que permearam este novo direcionamento político.

A historiografia demonstra que a reestruturação partidária e a reintegração dos partidos políticos fez a década de 60 assistir antigos inimigos se unirem a um novo grupo. Emília Viotti da Costa declara que no contexto exposto, um número crescente de homens abandonaram o Partido Conservador para adentrarem no Partido Liberal, e os mais expressivos foram: Araújo Lima, Marquês de Olinda, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Marquês de Paranaguá, Sinimbu e Saraiva.

A autora propõe também, que a partir de então, os liberais desencavaram velhos temas que estavam fora do debate desde a revolução de 1848.³⁴ Enfatizando a crítica que os personagens expressavam naquele momento, Sérgio Buarque de Holanda revela que, no momento da organização da liga progressista, os conservadores ortodoxos obtinham maior organização, e a velha guarda liberal se apresentava afastada da vida pública.³⁵

José Murilo de Carvalho expõe que em 1862 Nabuco de Araújo, imbuído do espírito conciliador, propôs a formação de uma *liga* composta por liberais moderados e conservadores dissidentes, formando o Partido Progressista. O autor relata que, no período de domínio dessa política, foi o momento de maior instabilidade ministerial. Ressalta-se também, que tanto a chefia, quando a redação do programa da Liga, esteve nas mãos dos antigos conservadores.³⁶ Podemos salientar, que a proposta para a formulação da liga já se encontra em 1860.

Modificando a linguagem partidária do Império, fora publicado um artigo denominado “*Constituição e progresso*”. A *Actualidade* revelava um programa, discursado por um dos senadores do Império, cuja a maior pauta foi o progresso:

Em uma das numerosas reuniões eleitorais que se tem feito no Rio de Janeiro, o Sr. Senador Vasconcelos pronunciou um discurso, em cujo final procurou caracterizar, com duas palavras da nossa epígrafe, o **partido progressista**, cujas lições pouco a pouco vão se desenhando. **Constituição e progresso** - é o principal característico do novo partido, segundo o nobre senador.

³⁴VIOTTI DA COSTA, 1999.

³⁵BUARQUE DE HOLANDA, 2008.

³⁶CARVALHO, 2007.

[...]

O novo partido, cujas ideias estão se elaborando na nossa sociedade, não tem razão, portanto, para deixar de inscrever na sua bandeira a palavra constituição, uma vez feitas estas necessárias reservas.

[...]

O progresso, segunda expressão do programa, é uma ideia que de boa fé ninguém pode rejeitar. Progresso na ordem moral e na ordem material é o que todos desejam.

O Progresso está nas tendências da nossa natureza moral; é uma consequência necessária de liberdade civil, política e religiosa.³⁷ [grifos nossos]

A partir da leitura dos jornais, identifica-se que o termo “*progresso*” se consolida no vocabulário da Monarquia, neste momento, evidenciando um conceito que transformaria as análises acerca do Regime. Progredir, portanto, significaria transformar a realidade vigente. Anos mais tarde, este conceito caminharia de mãos dadas com o republicanismo.

A união dos partidos foi escancaradamente defendida pelos retores da *Actualidade*. Os periodistas traçaram a trajetória de exclusão dos liberais até aquele período. Para aqueles, desde 1848 a direção dos negócios havia sido confiada aos homens do partido da ordem, promovendo uma reação violenta aos liberais que no quinquênio buscavam legitimar o regime constitucional.

Naquele momento, a sociedade continuou dividida entre ambos os partidos. Entretanto, de um lado estavam os dominadores e do outros os vencidos, e por conta desta distinção Paraná foi convocado para alistar todos os brasileiros políticos à constituição. No entanto, a Conciliação, em vez de promover bons resultados, levou o país ao aniquilamento de todos os deveres do cidadão, convertendo-se em poder único e soberano.³⁸

O ponto crucial para a dissensão dos partidos que o periódico evidencia está na atuação dos dois últimos gabinetes conciliador/conservador daquele momento, o de 12 de dezembro e o de 10 de agosto.³⁹

A política deste tempo teria sido tão antipatriótica e desastrosa, de modo que para os redatores, os brasileiros teriam se unido para repelir as “*pretensões absurdas de dominação da oligarquia, e de conduzir o Brasil ao progresso por meio da prática sincera do regime liberal da nossa constituição*”.⁴⁰

Depois de toda uma década distante da frente ministerial, o discurso liberal parece endossar que um novo tempo estaria nascendo. Frases como “*o triunfo da liga constitucional ou dos liberais*” e “*está começando a grande obra da nossa regeneração*” nos indicam que

³⁷A *Actualidade* 24/11/1860, nº107.

³⁸A *Actualidade* 22/01/1861, nº114.

³⁹Os ministérios de Limpo de Abreu e Ângelo Ferraz, respectivamente.

⁴⁰A *Actualidade* 22/01/1861, nº114.

os próprios personagens já identificavam que o partido liberal voltaria ao poder. E claro, as eleições provinciais trariam essa certeza⁴¹. Enquanto a liga constituía-se na Corte e em algumas províncias do Império⁴², o Partido Liberal deixou de ascender ao poder mais uma vez. O Marquês de Caxias assumiu o Ministério, representando os hostes conservadores. Neste momento, os liberais enxergavam-se condenados “a lutar até que o futuro se encarregue de demonstrar que só ele pode fazer o Brasil entrar francamente em uma era de progresso”.⁴³

A vitória da oposição se tardaria um pouco mais. As fontes indicam que a vontade de ser situação ministerial se tornava cada vez mais evidente a medida em que correm as folhas do jornal. Neste sentido, acusavam os chefes do momento de estarem se beneficiando do excesso de *poder pessoal*.⁴⁴ A luta contra esse ministério não durou muito tempo. A política de Caxias em governar a partir do núcleo ortodoxo do velho partido da ordem em meio a dissensão que ocorreu no seio do partido conservador, foi para Sérgio Eduardo Ferraz o motivo do fracasso. Para o autor, o motivo do fim do ministério que durou quinze meses aconteceu por “um movimento de reorganização partidária”, cuja as raízes advém da própria Conciliação.⁴⁵ Logo, no ano de 1862, o Partido Liberal ganharia espaço novamente, porém, por meio da agremiação progressista.

No princípio, os redatores da *Actualidade* enalteceram o triunfo da oposição parlamentar, como também, comemoravam a ascensão dos ligueiros⁴⁶ em detrimento aos puros. Para os redatores, “os liberais genuínos tiveram o bom senso de ceder o passo aos candidatos que tinham mais probabilidade de ser chamados ao ministério”⁴⁷. Assim, a

⁴¹ “Não é só na corte que a opinião liberal alcançou triunfos. Na província de São Paulo temos os círculos da Capital e do norte em que triunfaram os liberais com grande maioria. Em Minas obtivemos grande vantagem nos círculos de Ouro Preto, Sabará e Barbacena[...]

Na província do Rio, tudo faz crer que teremos três deputados opositoristas pelo círculo de Campos[...]
[...] Seja porém como for, está começando a grande obra de nossa regeneração. Portem-se com dedicação e patriotismo os deputados livres, que a nossa causa está ganha, porque é a causa do país inteiro, e a ideia que tem de iluminar o futuro.” *A Actualidade* 26/01/1861, nº115.

⁴² “[...]em breve, o partido da liga, o partido do progresso, que é o partido da grande maioria dos brasileiros, se achará fortemente organizado[...].” *A Actualidade* 23/03/1861, nº120.

⁴³ *A Actualidade* 27/04/1861, nº122.

⁴⁴ E em dois sonetos, os redatores satirizavam as figuras ministeriais. Diziam ao Imperador:

“Se quereis, bom Monarca, de cuidados

Privar o vosso egrégio pensamento

Nos conselhos reais negai assento

As bestas sete dos mortais pecados.” As sete bestas, ou “os sete manequins do Império”, para a redação eram: o Presidente do Conselho Caxias, Ignácio, Paranhos, Sayão, Souza Ramos, Felizardo e Taques, os devidos ministros das pastas do Império. Estes não serviram para o ministério, são mentirosos, corruptos e despreparados, na linguagem da folha. *A Actualidade* 28/12/1861, nº184 e *A Actualidade* 08/01/1862, nº187.

⁴⁵ FERRAZ, 2012.

⁴⁶ Adjetivo utilizado para denominar indivíduos pertencentes a Liga Progressista.

⁴⁷ *A Actualidade* 22/05/1862, nº217.

redação acreditava que a prioridade para o Ministério atual, deveria ser a reforma da lei de 3 de dezembro e da Guarda Nacional. O Gabinete de Zacarias, que surgia naquele momento, não durou uma semana. Marquês de Olinda foi a quem restou comandar o ministério da liga. Jeffrey Needell⁴⁸ identifica que este gabinete foi formado por antigos estadistas que há tempos não pertenciam mais a ala saquarema mas, se originavam dos hostes conservadores. Ferraz expõe que “tratou-se, na verdade, de um governo voltado a montar as bases de um domínio Ligeiro mais sólido”. Entretanto, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “os históricos começaram a disputar a hegemonia com os parceiros”.⁴⁹

Desde o momento que o ministério de Olinda ascendeu, a linguagem do periódico mudou significativamente. Se antes, falar dos poderosos significava uma tonalidade crítica, agora, endossava-se os atos oficiais. Com o Partido Liberal tomando espaço no poder pelas províncias, os redatores da folha compreendiam que o dever seria comemorar. Logo, o jornal, neste momento, esfriou seu caráter oposicionista. Publicava-se Atos do Governo, e respostas do Império.

Por um momento, esquecia-se os conflitos que emanavam os partidos para a publicação das questões que norteavam a Inglaterra e o Brasil⁵⁰, conjuntura essa que os fizeram aproximar a linguagem do governo e do povo. Na perspectiva dos redatores do periódico, os cidadãos, naquele momento, se uniriam para defender a honra nacional, pois, “os tempos são outros, o povo confia no governo, e o governo saberá cumprir seu dever”.⁵¹ Assim, o vocábulo “povo”, legitimava a atuação dos governantes para com os governados.

Claramente a mudança do ministério mudou o olhar dos sujeitos que propagavam o periódico. No entanto, será que os poderosos enxergara-os em destaque no meio da vasta imprensa fluminense? Em uma edição, um trecho cujo o título era “Notícias diversas”, a redação da *Actualidade* questionava a atitude do Diário Oficial, órgão do governo. O Diário dizia que os jornais do Rio de Janeiro foram unânimes em aplaudir os procedimentos do governo imperial. Contudo, a folha oficial transcreveu artigos do *Diário do Rio*, do *Jornal do Comércio*, do *Correio Mercantil* e do *Constitucional*. A redação do nosso periódico lamentou o esquecimento da *Actualidade*, pois, se não poderia “ser mencionada em um artigo do governo” e que, se ela não tem a confiança oficial, assegurava que tem “alto grau da

⁴⁸NEEDELL, 2006, apud, FERRAZ, 2012.

⁴⁹CARVALHO, 2007.

⁵⁰A *Actualidade* 04/01/1863, nº296.

⁵¹A *Actualidade* 03/01/1863, nº295.

confiança do povo”⁵² Portanto, além de concordar com o momento governamental, queria estar diante de seus holofotes, e a sua exclusão fora muito sentida.

Na edição de número 425 do ano de 1863, Flávio Farnesé, dono da folha, anunciou a saída dos seus amigos redatores Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro Luiz Pereira de Souza. O motivo estava nas divergências de opiniões do cenário político que ocorria.⁵³ Depois disso, não demorou muito para que o sabor amargo da Liga Progressista estampasse nas folhas da *Actualidade*.

O periodista, animado com a convocação de uma nova câmara para 1864, procurava saber se pautava em uma “*política liberal sem restrições*”⁵⁴. No número 434 daquele mesmo ano expõe o contrato de mais dois redatores, Antônio Barbosa da Silva e Souza e Luiz Barbosa da Silva. Daquele momento em diante, o periódico já se demonstrava oposto aos princípios ministerialistas. A redação da *Actualidade*, e principalmente Farnesé, voltava a expor suas pretensões políticas imbuídas de severa criticidade, já que, a contemporaneidade não houvera agradado muito as expectativas. Em relação ao espectro político, o redator diz que nunca abandonaria os hostes liberais. Contudo,

Quero a **liberdade** em todas as esferas sociais. No governo do estado, na **religião**, nas **ciências**, nas artes, na **indústria**, no comércio. Quero a liberdade pra todos e para tudo. Não concebo indivíduo privilegiado, religião privilegiada, raça privilegiada, indústria privilegiada. **O privilégio é a negação da liberdade dos indivíduos**[...] ⁵⁵ [grifos nossos]

Palavras como *liberdade, religião, privilégio, ciências e indústria*, demonstra-nos que o vocabulário referente aos problemas que demandavam o Império, havia-se alterado. O conceito de liberdade é exposto em tom de grande relevância, indicando que o privilégio de uns fora posto em cheque. O clamor pela liberdade em todas as esferas sociais parece evidenciar que a linguagem destes indivíduos se inclinava ao início de um pensamento político que ultrapassava a perspectiva de ordem oficial.

É possível notar que um novo liberalismo ascendia tanto na linguagem, como na prática. Nos anos sessenta, a imprensa muda significativamente. A *Actualidade* passa a publicar uma ou até duas páginas inteiras somente composta de anúncios e parte comercial.⁵⁶

⁵² *Idem*.

⁵³ *A Actualidade* 22/05/1863, nº425.

⁵⁴ *A Actualidade* 30/05/1863, nº 432.

⁵⁵ *A Actualidade* 02/06/1863, nº 434.

⁵⁶ *A Actualidade* 01/01/1864, nº606, verifica-se: “O jornalismo, no estado de desenvolvimento a que tem chegado, é um poderosíssimo meio de propaganda. O jornal distribui diariamente o alimento espiritual pelas populações inteligentes. Enciclopédico, como é, informar seus leitores, não só dos fatos que se passam nas

Os redatores traziam formas de propagação periódica advindas da França. Diziam que em Paris, além das assinaturas, indivíduos vendiam jornais e brochuras pelas ruas, proclamando em altas vozes a venda: “convencidos de que o público tem tudo a lucrar com o novo sistema, resolvamos ensaiá-lo de hoje em diante”.⁵⁷

Distante de posições de poder, imbuídos por um arcabouço linguístico que destacava o repúdio ao partido ligueiro no Império, as páginas do periódico estampavam o clamor pelo ressurgimento das “puras ideias liberais”⁵⁸. Se anteriormente pleiteou a ascensão da liga progressista e seus correligionários, naquele momento, enxergavam que “o ministério de 29 de maio de 1862 não pode, ou antes, não deve continuar”. Compreendiam assim, que tal governo deveria ser apenas transitório, e que não passava de uma “ditadura estéril para o país”. Era inegável para os redatores que os partidos estavam por completo divididos. O que também não duvidavam, era que “um gabinete conservador, na situação atual, seria anacronismo”, um gabinete da liga, “seria a continuação do atual, o que seria um absurdo”. Ou seja, a única solução, deveria ser um “gabinete de ideias liberais puras”.⁵⁹

José Murilo de Carvalho expõe que o Partido Progressista, na década de 60, obtivera disputas políticas dentro do próprio grupo. Os liberais históricos, que sentiam-se fortalecidos pelo êxito da década, conflitaram diretamente com os parceiros dissidentes das hostes conservadoras.⁶⁰ Contudo, para além desses posicionamentos distintos entre membros da própria agremiação, como aponta o autor, podemos identificar que conflitos entre liberais de dentro do poder ministerial e os distantes deste, marcaram também o processo.

Os periodistas discordavam nitidamente com o governo vigente. Logo, não perderam tempo em expor um programa, com antigas e inauguradas questões acerca do poder político. As propostas objetivavam:

Estrita e rigorosa administração da justiça; severa e escrupulosa economia dos dinheiros públicos; reforma da lei de 3 de dezembro de 1841, no sentido de dar mais garantias a liberdade individual; revisão da lei da guarda nacional; promoção da prosperidade da lavoura por meio das leis hipotecárias e outras medidas tendentes ao mesmo fim; e por fim, a mais fiel e escrupulosa observância da Constituição do Estado.⁶¹

regiões da política, como de tudo o que na vida intelectual do mundo pode interessar todas as classes de leitores. Política, literatura, jurisprudência, ciências morais e físicas, fatos de toda a natureza, tudo isso é domínio do jornal.”

⁵⁷A *Actualidade* 18/01/1864, nº618.

⁵⁸A *Actualidade* 05/01/1864, nº609.

⁵⁹A *Actualidade* 09/01/1864, nº611.

⁶⁰CARVALHO, 2007.

⁶¹A *Actualidade* 18/01/1864.

A redação da folha argumenta pelo cumprimento das reais pautas liberais. A reforma da lei de 3 de dezembro é comumente destacada pelos redatores. Estes se encontram desacreditados com a efetivação das reformas que o grupo exigia. Logo, comemoraram imensamente quando caiu o ministério de Olinda. No entanto, a ascensão de Zacarias não agradara, já que seria a perpetuação progressista. Em 8 de abril de 1864, se retira da redação Farnesé, dono daquele impresso desde 1859. Não foi aqui encontrado razões se sua saída significa a morte do periódico depois de poucas edições. O que pode-se afirmar, é que *A Actualidade* nasceu, nos fins da década anterior, opositora a Conciliação. Parou de circular em contrariedade com a Liga Progressista, que se inclinava mais ao partido liberal. Diziam, os periodistas, que estavam cansados “*de perder tempo com as experiências de sistemas paliativos*”. Naquele momento, para a redação, era necessário “*um governo que se mantenha em posição clara e decidida*”, traduzindo as reais exigências do progresso.⁶²

Logo, compreendemos, que nos anos sessenta, os propagandistas do Partido Liberal inauguraram um novo vocabulário que trouxe novos conceitos linguísticos que se desenharam para um novo rumo na História do Império. Palavras como *democracia, progresso, povo e constituição*, representaram uma nova era ao discurso dos protagonistas da época. Os privilégios políticos, a partir de então, se tornaram cada vez mais questionados, até que parte de uma elite não se sentisse mais dentro do jogo político, abrindo margens para que um novo partido florescesse.

Diante do exposto, a *Actualidade*, em seu período de existência, passou por uma longa fase de diferentes opiniões e críticas a situação, se enquadrando em uma perspectiva liberal que esteve fora dos holofotes imperiais naquele tempo. Vale ressaltar, que na década de 70, o proprietário que sustentou o periódico desde 1859, Flávio Farnesé, e seu antigo redator Lafayete Rodrigues Pereira, assinaram o Manifesto do Partido Republicano, confirmando a hipótese de José Murilo de Carvalho, que identifica que o republicanismo se originou a partir da radicalização da linguagem liberal no Império.⁶³

O jornal acima não foi o único partidário liberal que se posicionou contrário a ascensão dos progressistas. A aproximação com dissidentes conservadores, a exclusão do destaque governamental, abriram um leque para a crítica a diversas bases do poder imperial.

A radicalização do debate

⁶²*A Actualidade* 12/04/1864, n°677.

⁶³CARVALHO, 2007.

“A ruína do Império é uma nova ordem das coisas.”⁶⁴

No fim da década de 1860 o quadro da situação da elite no Império foi transformado significativamente. Considerando que mudanças políticas, são também mudanças linguísticas⁶⁵, é necessário destacar, que o momento aqui exposto abre caminho para uma nova cultura política instalada no Império. Neste cenário em diante, a estabilidade monárquica deixa de ser realidade. Portanto, dá-se a relevância em compreender o discurso emitido no interior do Partido Liberal, identificando que seja a radicalização do debate e a imobilidade da elite atuante, um dos fatores para a instabilidade ministerial.

Acerca da temática, Oliveira Vianna expõe que o movimento em favor a descentralização e federação, surge quando os liberais são retirados do poder, promovendo uma insatisfação com o ostracismo que de tempos em tempos os retirava do poder.⁶⁶ Para Viotti da Costa, o poder político, imbuído de moderação, resultante da opinião de poucos para a manutenção da ordem, mudaria neste momento, motivado pelo desenvolvimento econômico e o surgimento de novos grupos dentro da elite favoráveis a reformas⁶⁷. Já Sérgio Buarque de Holanda, identifica que as queixas dos liberais em relação a parcialidade do Imperador, que beneficiava os conservadores, começaram a se avolumar na década de sessenta, as queixas giravam em torno do embargo ao progresso em detrimento aos liberais imaculados.⁶⁸

Na perspectiva de José Murilo de Carvalho, a mudança que ocorreu no seio do Partido Liberal, desde meados dos anos sessenta, possibilitou a radicalização do debate político⁶⁹. Para o autor, o problema teria origem na conciliação, quando o sistema partidário entrou em redefinição, e o resultado teria sido: conservadores dissidentes e liberais moderados de um lado (liga progressista), do outro, liberais históricos, e a eliminação de velhos conservadores. O retorno desses últimos promoveu consequências graves, denominando Carvalho de “o segundo regresso”. O cientista político expõe, que um dos principais fatores para a transformação da linguagem liberal, tendendo a radicalização, se encontra nos atuantes do movimento, pois, havia uma diferença geracional. Esses fatores deram margem para que o debate ultrapassasse as fronteiras entre liberais e conservadores.⁷⁰

⁶⁴*Opinião Liberal* 29/01/1870, nº04.

⁶⁵BAKER, Keith Michael. El concepto de cultura política en la historiografía reciente sobre la Revolución francesa. *Ayer*, nº62, 2006. p.89-110.

⁶⁶VIANA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 3ªed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

⁶⁷VIOTI DA COSTA, 1999.

⁶⁸BUARQUE DE HOLANDA, 2004.

⁶⁹CARVALHO, 2008.

⁷⁰CARVALHO, 2007.

Maria Tereza Chaves de Mello argumenta que na década de 1860 já eram visíveis os sinais do esgotamento do sistema montado pela direção saquarema. Um novo grupo ascendente no final dos anos sessenta para os setenta, pleiteou uma nova agenda política, cujo o maior objetivo seria a necessidade por reformas. A pauta dessa nova elite girava em torno das questões: “servil, militar, eleitorais, religiosa”. Clamando assim, por “ampliação da cidadania, a secularização do Estado, a descentralização e a liberdade do trabalho, como instrumentos de modernização do país”. Portanto, o Império vislumbrou uma “progressiva desafeição do regime”.⁷¹

Angela Alonso aponta ser necessário, para compreender o processo vivenciado naquele momento, identificar a “experiência social compartilhada por seus membros”, e que, o movimento político que ocorrera nos anos 1870 (onde aqui identificamos que começara nos fins da década anterior), se inclinara ao reformismo. Resultando, para a autora, três noções básicas que nortearam aquela conjuntura: oportunidades políticas, comunidade de experiência e repertório. Logo, grupos alijados pela política imperial, imbuíram-se de conceitos que condicionaram expressar publicamente seus projetos, se transformando em formas coletivas de contestação à ordem. Esses grupos, na perspectiva de Alonso, formados por uma elite marginalizada, criticaram as instituições monárquicas, a estrutura do governo e a escravidão.⁷²

A Opinião Liberal: o vocabulário da crise

Como destacado, as insatisfações com o domínio da Liga Progressista no poder ministerial inseriam-se dentro do próprio Partido Liberal. Logo, indivíduos, de ambos os partidos políticos, distante dos holofotes, queixavam-se da ascensão da Liga. Referente a isso, ressaltamos o exemplo de José de Alencar, que publicara, no ano de 1863, um texto denominado “*Os partidos*”, onde expunha a indignação diante os progressistas. Para o político e periodista, ambos os lados não se contentavam com o estado de sua contemporaneidade.

A proposta de Alencar, se consistia em demonstrar que apenas no bipartidarismo histórico, “estão ligados a história da pátria”, e que estes deveriam se unir para a “exterminação da liga e a regeneração do sistema representativo”. A justificativa se encontrava na frase: “sem o partido liberal o governo é um autômato, sem o partido conservador, é um precipício”. O que não imaginava Alencar é que depois dessa longa

⁷¹MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: EDUR, 2007.

⁷²ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências sociais*. Vol.15, 2000.

trajetória de exclusão de determinados indivíduos, o sistema partidário do Império não voltaria mais a ser o mesmo.⁷³

Diante disso, a análise consiste em verificar a radicalização da linguagem do Partido Liberal, bem como, a participação deste fator para o declínio do Regime. Logo, o jornal *Opinião Liberal* nos concede os conceitos que corroboram para a identificação da transformação da cultura política naquele momento. O referido periódico foi publicado dos anos 1866-1870, circulando pelo menos uma vez por semana. Subscrivia-se na livraria dos Srs. Francisco Luiz Pinto & Comp, na rua do Ouvidor, e na tipografia de C.A de Mello. As assinaturas custavam na corte 6\$000rs e 8\$000rs nas províncias. A redação criticou os principais temas que iam de encontro a ordem imperial. Neste sentido, tal linguagem possibilitou, posteriormente, a criação do Partido Republicano. Indivíduos pertencentes a esse grupo, não encontravam mais na Monarquia a solução para os problemas.

José Murilo de Carvalho destaca que o nascimento do periódico representava uma ruptura de ideais e de gerações. O periódico foi fundado por três advogados novos, sendo estes, Henrique Limpo de Abreu, Francisco Rangel Pestana e José Luís Monteiro de Sousa. No ano de 1867, retira-se do jornal Limpo de Abreu e Rangel Pestana, sendo dirigido por José Leandro de Godói e Vasconcelos.⁷⁴

A linguagem veiculada na redação emite o que costumeiramente foi encontrada nas outras folhas liberais: a trajetória de exclusão do partido. Ao sublinhar diariamente a cisão que havia entre liberais progressistas e liberais históricos, o jornal nos traz questionamentos. O que teria ocorrido para que a ascensão dos liberais não fosse interessante para todos partidários naquela conjuntura? Por que os liberais históricos visavam embargar a liga tanto quanto conservadores? O que podemos asseverar, é que o resultado da imobilidade da estrutura política do Império não conseguiu impedir as insatisfações de uma nova elite que surgia ao seu redor. Carvalho ainda elucida que os jovens que redigiram o jornal “ostentavam a formação jurídica clássica da elite política da época”. No entanto, não exerciam funções públicas, não vislumbraram o drama da Regência e nem se preocupavam com a unidade do país. “Eram mais livres para criticar o governo e a própria estrutura social”.⁷⁵ Pertenciam a uma nova geração.

⁷³ALENCAR, José de. Os partidos. (página da Actualidade). Rio de Janeiro: Typ. Quirino & Irmão, 1866.

⁷⁴CARVALHO, 2007. O autor também aponta que a data de fundação do periódico foi 21 de abril de 1866, dia da morte de Tiradentes, o símbolo do republicanismo.

⁷⁵CARVALHO, 2007.

Portanto, através da leitura do periódico nos primeiros momentos de circulação, torna-se possível evidenciar conceitos essenciais para a compreensão da linguagem política que se alastrava no Império:

O **progresso** é a lei fundamental da humanidade, e o Brasil há de progredir firmando as suas instituições políticas nas bases largas e sólidas da **democracia**, apesar da maléfica influência do homem, cujo nome a história registrará um dia, como o do protagonista em todas as cenas de degradação moral do país[...]

Elevar o **nível moral da sociedade** é o único meio eficaz de sustentar as instituições livres. Só a **opinião pública esclarecida** pode servir de base ao governo das nações livres[...]

[...]

A **instrução popular** é a divisa do século, é a palavra santa da democracia, que a nação gravou em sua pedra fundamental.⁷⁶ [grifos nossos]

Palavras como *progresso, moral, esclarecimento, instrução popular e democracia* denotam a existência de um novo vocabulário presente no discurso liberal. Esses conceitos serviram de contraponto a política existente no Império. Seus propagadores diziam manter seus olhares para “*o futuro da nação, já que o presente está perdido*”.⁷⁷ Conforme Alonso, essa nova linguagem que permeava os propagandistas da Corte, demonstra uma forma de “*intervenção política*”, objetivando alterar o cenário vigente, uma vez que esses intelectuais tomavam em seus discursos suas experiências: a exclusão.⁷⁸ Os periodistas jamais deixaram de publicar as pautas do Partido Liberal que defendiam, diziam lutar por:

Sufrágio direto e generalizado;
 Ensino livre, quer em relação a escola, quer ao professorado;
 Abolição da Guarda Nacional;
 Temporariedade do Senado;
 Polícia eletiva;
 Franquezas provinciais sobre a base desenvolvida do princípio eletivo;
 Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre;
 Emancipação da lavoura por meio de instituições de crédito acomodadas as condições especiais de sua existência.⁷⁹

Diante do programa, verifica-se que, pela primeira vez, a questão servil passa a ser pauta concreta em um grupo. Outros temas sempre presentes na linguagem dos liberais são evidenciados, como: a descentralização e o fim do Senado vitalício.

A *Opinião Liberal* carregava em suas folhas palavras que emitiam a finalidade linguística de seus escritores. Logo, verifica-se dois conceitos que corroboram para a

⁷⁶*Opinião Liberal* 06/08/1866, nº16.

⁷⁷*Opinião Liberal* 18/08/1866, nº18.

⁷⁸ALONSO, 2002.

⁷⁹*Opinião Liberal* 19/07/1867, nº02. Mais tarde, foi-se incluído no programa a descentralização, a extinção do Poder Moderador, a eleição dos Presidentes de Província eleitos por ela, separação da judicatura da polícia e a magistratura independente. *Opinião Liberal* 25/07/1868, nº73.

modificação do contexto político imperial: *o reformismo e o imperialismo*. Ambos deram margem para a desconfiguração do Regime. O imperialismo, termo que levará a redação a questionar o próprio Imperador, representava o “efeito da vontade absoluta”⁸⁰ aonde, disfarçava “as asperezas do antigo regime através das ilusões de uma ótica representativa”⁸¹. Logo, o ímpeto da crítica se concretizava na figura real, conseqüentemente, questionando o Poder Moderador. A diferença crucial desta oposição se encontrava na radicalização do debate. Se antes, a figura de Pedro II era imaculada nos debates políticos, a partir deste período, para esses propagadores, será recorrente as críticas ao Imperador. Questões tendentes ao reformismo darão início a uma trajetória liberal por reformas, que se estenderam até o fim Império.⁸² Os jornalistas diziam querer uma “revolução pacífica pelas reformas”⁸³, assumiam que buscavam mudanças radicais. Essas, se verificavam no programa, que já foi citado, publicado no periódico. Diante do exposto, compreendemos que o jornal estava imbuído de novos conceitos que tocavam os alicerces do Império de forma crítica e contestadora. Logo, com a queda de Zacarias no ministério, e o retorno de antigos conservadores, efervesceu ainda mais os ânimos. Conforme salienta Sérgio Ferraz, a inversão partidária haveria ocorrido pela decisão de Pedro II em alinhar o comando político do Império com a liderança militar que representava o Brasil no conflito com o Paraguai. Para o autor, esse episódio influenciou a reorganização partidária que se estruturou a partir da década de 70.⁸⁴ Quando verificamos a linguagem do periódico analisado, a mudança fica explícita.

A redação não demorou em findar seu caráter radical com o evento ocorrido. Assim que caiu Zacarias e os liberais progressistas os escritores revelavam sua desafeição evolutiva para com o Regime. Embora os cinco anos do Partido Progressista no poder, apenas estiveram seus indivíduos arrastando uma “vida de sórdido gozo das posições oficiais”, e que não consolidaram “nem uma só reforma, nem ao menos uma só prática real”⁸⁵, não comemoraram

⁸⁰ *Opinião Liberal* 23/07/1867, nº03.

⁸¹ *Idem*.

⁸² Verificar: RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: políticas e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2015.

⁸³ *Opinião Liberal* 21/11/1867, nº32.

⁸⁴ FERRAZ, 2012. Acerca da queda do Gabinete de Zacarias, verificar também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico*. Do Império à República. Rio de Janeiro: Betran, 2004; VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 3ªed. Rio de Janeiro: ABL, 2006; CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e Republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. das (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.19-148. RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: políticas e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2015. Em síntese, com o fim do Partido Progressista, junto à queda do ministério, a ação do Imperador deu margem a um debate que abriu de vez a linguagem republicana.

⁸⁵ *Opinião Liberal* 18/07/1868, nº72.

o ocorrido. E a figura do Imperador ganhou severas críticas. Em edições anteriores diziam ser indiferentes a subida dos conservadores. No entanto, esses periodistas mudam o alvo quando se modifica o ministério no poder. Rapidamente, relataram a decisão do Imperador: “*É que o ódio do Sr. D. Pedro II contra os liberais é ódio profundo, implacável.*” O imperante estava, na perspectiva desses liberais, interrompendo, “*mais uma vez, a marcha do sistema representativo*”. Ressaltavam que “*a Monarquia e o Partido Liberal estão em perpétua luta no Brasil, a monarquia pretende sacrificar a liberdade*”, de agora em diante, ambos “*são incompatíveis*”.⁸⁶ Diante do vocabulário exposto, podemos identificar que a Monarquia não se encontrava mais como prioridade. A linguagem se inclinara ao republicanismo.

Pouco tempo após a queda do gabinete Zacarias, os liberais se redefiniram na corte.⁸⁷ O impresso aqui analisado publicou a primeira reunião do Clube dos Radicais. O programa deste clube, fora o mesmo do periódico.⁸⁸ Emergindo o radicalismo, a figura de D. Pedro foi se tornando cada vez mais desacreditada para esses personagens. O acusavam de *ditador*⁸⁹, pois exercia poderes ilimitados. Outros conceitos também foram encontrados, explicitando ainda mais a transformação da cultura política do Segundo Reinado. Contestando a um sistema inclinado ao “*cesarismo*”⁹⁰, expõem:

A esse sistema que não é, não pode ser o governo do povo pelo povo, que é um **sistema napoleônico, absoluto** de fato e fictício de direito; a esse absurdo, ridiculamente metafísico, chamamos nós outros os exaltados, o democrático, ou o que quiserdes, chamamos nós **cesarismo** ou **imperialismo**, centro ativo dos males que devoram o país.⁹¹ [grifos nossos]

Termos como *sistema napoleônico, absoluto, cesarismo e imperialismo*, tocavam nos principais conceitos que iam de encontro ao sistema representativo. Indicando a desafeição pelo sistema monarquista, promove, mais uma vez, a participação da família imperial para o desmantelamento da moral e do progresso do país. Os periodistas fizeram jus ao nome radical

⁸⁶ *Idem.*

⁸⁷ José Murilo de Carvalho traça em seu trabalho a redefinição partidária que houvera naquele momento. Ressalta que após a subida dos conservadores, no mesmo mês, Nabuco de Araújo convocou os seus para discutir a nova situação em sua casa. Estando os ânimos ainda efervescidos por conta do recente acontecimento, não resulta em nada. Três meses depois, nove senadores se reuniram e fundaram o Centro Liberal, formado por antigos históricos e progressistas. Esses previam uma postura descentralizada e democrática. Carvalho também indica, que no ano seguinte, Tavares Bastos reuniu 27 históricos e progressistas e fundaram o clube da Reforma. No entanto, haviam indivíduos que já se posicionavam politicamente, que não aderiram nenhuma dos clubes, tomando caminho próprio. Os radicais, jovens, expressavam uma ruptura de ideias e gerações. Dentro desse grupo, alguns indivíduos publicavam no jornal *Opinião Liberal*, desde 21 de abril de 1866 data que homenageara Tiradentes, símbolo o republicanismo. Fundaram assim, o Clube Radical, simultaneamente a criação do Centro, adotando o programa radical da *Opinião Liberal*. CARVALHO, 2007.

⁸⁸ *Opinião Liberal* 11/07/1868, nº71.

⁸⁹ *Opinião Liberal* 25/07/1868, nº73.

⁹⁰ *Opinião Liberal* 19/09/1868, nº81.

⁹¹ *Idem.*

quando vociferaram as mazelas que vivia a contemporaneidade. Frisavam o quanto a corrupção propagava fome ao povo, mas, professavam: “*É nesse momento que as revoluções mostram aos reis que a sua irresponsabilidade legal não é tão legal como se pensa*”⁹². Verificamos claramente que esses indivíduos não estavam dispostos a conservar a ordem, nem sequer a Monarquia.⁹³

Verifica-se que a linguagem ultrapassava os limites entre as identidades de conservadores, liberais, progressistas ou conciliadores. A crítica estava à disposição do próprio Monarca, do próprio Regime. Relembrar o advento da maioria, era relembrar o próprio descaso do Imperante para com os liberais⁹⁴. Imbuídos de um vocabulário de contestação aos privilégios, a escravidão, ao Poder Moderador, expunham não estar longe, o dia em que um novo governo chegará e “*quebrará os grilhões, e destruirá as bastilhas*”⁹⁵.

Absorvendo ideais que colocavam o liberalismo em paralelo com as liberdades individuais, esboçavam a disparidade desta lógica, com o Império:

Queremos o desenvolvimento e a plenitude da força individual, a emancipação da tutela pública, o fim da servidão legal.

Queremos o triunfo completo das revoluções, preparadas pelas ideias e realizadas pela razão.

Queremos para este mundo, que é novo, uma política que lhe seja própria.⁹⁶

Na linguagem desses radicais, a união da igreja e do Estado havia ocupado o *monopólio da educação*⁹⁷. Compreendiam que esta seria “*a política na idade média, como se estivesse no poder do homem, encarcerar o pensamento em um círculo, que ele não pudesse transpor*”⁹⁸. Neste momento, ao defender a liberdade de ensino, atacava um grande pilar da Monarquia: a Igreja Católica.

Nos dias que correm o ano de 1870, o clamor à República transcende expressivamente dentro do periódico. A democracia, tão sonhada na linguagem liberal, equivale-se ao republicanismo.⁹⁹ Concluía em suas páginas, que enquanto houvesse Monarquia, os povos

⁹²*Opinião Liberal* 01/10/1868.

⁹³No número 27, em 09 de abril de 1869, explicitaram ainda mais: “[...] um dia, o trono abalado em seus fundamentos, há de ruir por terra, e então aquele que aí se acha sentado, há de ouvir o rugido da liberdade, e seus lábios hão de abrir-se para falar ao povo, e implorar a sua clemência.” *Opinião Liberal* 27/04/1896, nº27.

⁹⁴“Ah! nunca maior e mais instantânea desilusão padeceu um povo [...] Apenas havia o Sr. Pedro II governado um ano, eram as leis liberais substituídas por outras, que até hoje nos prendem e tiranizam[...].” *Opinião Liberal* 16/07/1869, nº55.

⁹⁵*Opinião Liberal* 02/06/1869, nº51. Referência clara a queda do Antigo Regime na França.

⁹⁶*Opinião Liberal* 13/04/1869, nº28.

⁹⁷*Opinião Liberal* 04/01/1869, nº 01.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹Verificar: CARVALHO, José Murilo de. República, democracia, federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 27, nº45, p.141-157, jan-jun 2011.

não adquiririam a verdadeira paz. Logo, seria “*indispensável estabelecer o governo republicano em todos os países da terra*”, pois, “*o futuro pertence a democracia*”.¹⁰⁰

O termo liberdade, aparece em direção oposta aos princípios monarquistas. Propagavam que: “*A liberdade dos povos é incompatível com o monopólio régio. A liberdade dos reis, é a tirania para os povos.*”¹⁰¹ Colocava-se em lados opostos o governo popular e a Monarquia, exibindo mais um conceito que descaracterizava o Regime: a tirania. E é nestes termos que se consolida o conceito de República para aquele momento: a contrariedade de todo um sistema que fora imbuído de vocábulos deturpados, em troca de uma salvação. A linguagem que corria em defesa a emancipação do elemento servil se tornava cada vez mais evidente. Consequentemente, evidenciavam a incongruência entre a abolição, e o Império. Demonstravam que: “*A abolição do Rei, e as emancipações dos oprimidos, foram sempre obra exclusiva do povo[...]*”. A revogação da escravidão só ocorreria por meio do empenho da “*iniciativa individual dos verdadeiros liberais*”, pois, compreendiam que “*a escravidão é o pedestal da tirania, e, enquanto a não extinguir, debalde aspiraremos a democracia*”.¹⁰²

Neste sentido, sublinhavam que o projeto emancipacionista, promovido pelo corpo legislativo do Império, se inclinara ao “*espírito da procrastinação*”, “*o desejo de perpetuar o processo da emancipação*”.¹⁰³ A única forma de concluir essa pauta, seria em “*estabelecer o governo republicano*”, a exclusiva forma em consolidar a democracia.¹⁰⁴ Diante do exposto, percebemos que palavras como “*abolição*”, “*liberdade*” e “*democracia*”, estavam ligados intimamente ao termo “*república*”.

Como já salientado, a linguagem dos periodistas da Opinião Liberal imbuía-se de um radicalismo que ia de encontro ao vocabulário pertencente a elite da Corte até aquele momento. Isso justifica-se, conforme Alonso, por obterem diferença geracional dos dominantes da época, e pela experiência compartilhada de exclusão¹⁰⁵. Logo, esses indivíduos consituíam-se em uma “*mocidade*”. Se identificando com o termo exposto, comumente sublinhavam suas pretensões.

Essa juventude que redigia o periódico analisado, dizia querer iluminar a inteligência, tão impedida pelo regime bragantino¹⁰⁶. Como estudantes, eram entusiastas do nome “*liberdade*”,

¹⁰⁰ *Opinião Liberal* 14/09/1870, nº34.

¹⁰¹ *Opinião Liberal* 04/06/1870, nº21.

¹⁰² *Opinião Liberal* 15/02/1870, nº02.

¹⁰³ *Opinião Liberal* 14/09/1870, nº34.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ ALONSO, 2002.

¹⁰⁶ *Opinião Liberal* 02/06/1869, nº51.

no entanto, em suas palavras, soletravam ainda o termo “*república*”¹⁰⁷. Todavia, na medida em que contestavam a imobilidade que “*há 25 anos tem disputado o poder no Brasil*”¹⁰⁸, observavam a realidade que predominava os países vizinhos, e criavam uma alternativa ao Regime:

[...] a Monarquia, única da América, não se poderá sustentar por muito tempo inferior as repúblicas ordeiras que a cercam, nas liberdades individuais, municipais e provinciais. É somente superior a essas turbulentas repúblicas, na corrupção do regime representativo, e na caudilhagem[...]¹⁰⁹

Diante do exposto, verificamos qual seria o destino do periódico. No dia 17 de novembro de 1870, os redatores expuseram que: “*Anuindo aos desejos de uma comissão do Clube Republicano*”, que era composto por Flávio Farnesé e Lafayette Rodrigues¹¹⁰, transferiram-se para um novo órgão democrático.¹¹¹ Logo, ao analisarmos os signatários do Manifesto do Partido Republicano, percebemos que, além dos dois evidenciados acima, outros dois também assinaram o documento: Francisco Rangel Pestana, e Henrique Limpo de Abreu,¹¹² ambos foram fundadores da *Opinião Liberal*.

Quadro 1

Perfil dos signatários do Manifesto e redatores dos jornais analisados.

Signatário	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Ocupação	Formação
Flávio Farnesé	1835	Serro/MG	Jornalista e advogado	Bacharel em Direito (Academia de São Paulo)
Francisco Rangel Pestana	26/11/1839	Iguaçu/RJ	Jornalista	Bacharel em Direito
Henrique Limpo de Abreu	28/04/1839	Rio de Janeiro/RJ		
Lafayette Rodrigues Pereira	28/03/1834	Queluz/MG	Jornalista, advogado e jurista	Bacharel em Direito

¹⁰⁷*Opinião Liberal* 13/12/1869, nº76.

¹⁰⁸*Opinião Liberal* 02/06/1899, nº51.

¹⁰⁹*Opinião Liberal* 01/10/1870, nº36.

¹¹⁰Antigos redatores da *Actualidade*.

¹¹¹*Opinião Liberal* 17/11/1870, nº41.

¹¹²*Manifesto Republicano*, 1870.

O quadro acima expõe o perfil da nova geração de liberais que redigiram os jornais aqui analisados. Por meio da análise prosopográfica, percebemos que todos esses atores nasceram na mesma década, demonstrando uma realidade comum vivenciada por esses personagens. Com exceção de Limpo de Abreu, pois não encontramos dados para a confirmação, todos eram bacharéis em Direito pela Academia de São Paulo. Assim, verificamos que além do fato geracional, esses indivíduos pertenciam a uma corrente intelectual próxima, tornando-os incisivos em suas críticas.

Destacamos que o programa do *Manifesto do Partido Republicano* proposto pela nova agremiação, e conforme a elucidação de José Murilo de Carvalho, exibe um retrocesso e esfriamento das reformas propagadas pelos radicais. Com ênfase no tema emancipacionista, quase todas as propostas de garantias dos direitos civis foram postas em segundo plano em favor da agenda republicana.¹¹³ Desse momento em diante, inaugura-se no Império um movimento republicano, que fora marcado por uma pluralidade de ideais. De acordo com Lilia Schwarcz, na década de 1870 difundia-se teorias como “o evolucionismo social”, “o positivismo”, o “naturalismo”, e o “social-darwinismo”, que serviram como horizonte de referência para o debate de uma nova cultura, em oposição a ordem vigente.¹¹⁴ Logo, podemos salientar, que a linguagem do Partido Liberal também se modificaria no momento, conjugado aos dez anos de exclusão da frente ministerial.

Conclusão

Diante do exposto, verificamos que a mudança da linguagem política imperial ocorreu no interior de um alicerce do próprio Regime. Um embate que anteriormente se fundamentava entre conservadores e liberais, em certo momento, abriu brecha para que alguns personagens emitissem um novo vocabulário, que permitiu não apenas contestar seus adversários políticos, mas, o próprio Monarca. Essa trajetória linguística, inclinou-se para que essa nova elite angariasse outra forma de governo: a República.

Almejamos compreender, neste artigo, a trajetória do radicalismo do Partido Liberal na década de 1860 por meio da análise das modificações linguísticas. O periódico *Actualidade* contribui no momento em que demonstrou o renascer de um debate partidário liberal, mas que não incorporava mais em sua composição a mesma elite que atuou no

¹¹³CARVALHO, 2011.

¹¹⁴SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

decorrer dos anos cinquenta. Logo, Flávio Farnesé, redator do periódico, se insatisfaz com o partido e com o próprio sistema. A *Opinião Liberal*, evidencia ainda mais a distinção geracional desses propagandistas. A partir do radicalismo desses redatores, o republicanismo ganhou força. Grande parte dos periodistas de ambos jornais assinaram o Manifesto.